



Discutindo
e Integrando
Ideias



PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO A AGRICULTURA

Uma análise do programa na região sul do Brasil

Francine R. Widz fw000452@fahor.com.br

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surgiu em 1996 por pressão dos diversos movimentos sociais voltados a reforma agrária e agricultura familiar, para proporcionar alternativas de financiamento para a agricultura familiar. Atualmente o programa desempenha um papel importante no fortalecimento e o desenvolvimento desta categoria. Esse programa atualmente é utilizado em todo o país. Na região Sul que é composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, muitos agricultores dependem do crédito agrícola para investimento e custeio de lavoura. Assim, procura-se saber qual o montante e com que finalidade os recursos das linhas de investimento e custeio do Pronaf foram utilizados nos anos de 2000 a 2009, nos três Estados da Região Sul. A pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar o montante e a destinação dos recursos das linhas de investimento e custeio do Pronaf que foram utilizados no período citado pelos agricultores dos três Estados do Sul do país.

REVISÃO DE LITERATURA

As políticas agrícolas compreendem as políticas relacionadas diretamente à produção, assim como as políticas de crédito e de preços. As políticas agrícolas têm um importante efeito sobre aspectos estruturais da agricultura, na medida em que elas podem, por exemplo, levar a modificações na distribuição da terra e do capital entre os agricultores. Uma forma de caracterizar as políticas agrícolas é que normalmente, os seus principais instrumentos destinam-se à intervenções diretas sobre a dinâmica do mercado dos produtos agropecuários (NETO E OLIVEIRA, 2007).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. (Banco Central do Brasil, 2004)

A institucionalização do PRONAF em 1996 trouxe um novo cenário para a disseminação do microcrédito no Brasil. Ele surgiu como um mecanismo de crédito direcionado a um público específico e historicamente excluído do acesso a recursos financeiros no Brasil. Desde seu surgimento, o PRONAF passou por diversas alterações e aperfeiçoamentos com vistas a dá-lo uma maior capacidade de operacionalidade (CAMPOS E CARDOSO, 2004).

O Pronaf foi criado pelo decreto n°. 1946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares de modo a propiciar-lhes o aumento da

capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. O Pronaf é uma conquista dos agricultores familiares e suas organizações, e pode ser considerada a primeira linha de crédito destinada especificamente à agricultura familiar no Brasil (CAMPOS E CARDOSO, 2004).

Atualmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) continua financiando projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Na primeira etapa deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos já publicados e livros referentes a políticas agrícolas e o Pronaf. Após será coletado dados do Banco Central do Brasil para análise de resultados do período 2000 a 2009.

RESULTADOS

Como resultado parcial foi possível identificar que o número de contratos do pronaf não aumentou muito nesse período, no entanto os valores aumentaram significativamente. Além disso, pode-se afirmar que os recursos desse programa são destinados principalmente para investimento e custeio de soja, milho e trigo. O Rio Grande do Sul é o Estado que mais recebe recursos do programa. Em segundo lugar é o Paraná e o que menos recebe é o Estado de Santa Catarina. Em termos de números de contratos pode-se verificar que no Rio Grande do Sul em 2000 foram realizados 273.024 mil contratos e em 2009 365.967 mil contratos. Em Santa Catarina em 2000 foram realizados 122.987 mil contratos e em 2009 contrataram 136.556 mil. No Paraná o número de contratos em 2000 foi de 121.279 mil contratos chegando a 130.000 mil em 2009. Em termos de valores, principalmente no Rio Grande do Sul teve uma aumento significativo entre os anos de 2007, 2008 e 2009. Em Santa Catarina e no Paraná também obtiveram aumento ao longo dos anos em termos de valores, porém em percentuais menores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 14 de maio de 2010

NETO, B.; OLIVEIRA, A, Desenvolvimento e Políticas Públicas para a agricultura. Coleção Cadernos Unijuí. Parte I e II. Ijuí, 2007

CAMPOS, R.; CARDOSO, J.; PRONAF: Índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001. Publicado em Informações Econômicas, São Paulo, v.34, n.11, Nov, 2004.